



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

CLÓVIS ROGÉRIO DE ALCÂNTARA MELO

**A CULTURA MILITAR NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL – CONTRIBUIÇÃO
PARA A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE, DA INTEGRIDADE TERRITORIAL,
DO EXÉRCITO BRASILEIRO E DA FORÇA TERRESTRE**

Jaboatão dos Guararapes

2020



A CULTURA MILITAR NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL – CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE, DA INTEGRIDADE TERRITORIAL, DO EXÉRCITO BRASILEIRO E DA FORÇA TERRESTRE¹

Clóvis Rogério de Alcântara Melo²

Resumo: Este trabalho apresenta as origens e características das forças militares que integram a região do Nordeste brasileiro do Século XVI à atualidade. Destaca as influências a que foram submetidas à cultura militar desenvolvida na região, expondo os reflexos do colonialismo português, da conquista do território, das lutas pela sua manutenção, destacando-se as batalhas e os movimentos insurrecionais separatistas que ali ocorreram, os quais vieram a contribuir para formação da identidade nacional, para a manutenção da nossa integridade territorial e para formação do nosso Exército. Ressalta ainda, os momentos em a cultura militar interferiu nos assuntos nacionais, por intermédio da sua mística, em ocasiões críticas quando a nação se viu envolvida em questões internas ou externas, que deram origem a momentos de intervencionismo, uns com maior controle do poder central e outros com menor, quando as províncias ou estados tiveram maior autonomia. Apresenta, ainda, o papel desempenhado por Caxias neste contexto e as ações desenvolvidas atualmente pelo Exército na região, sejam por intermédio da Força Terrestre, na Garantia da Lei e da Ordem ou da “mão amiga”, estas predominantemente voltadas para as Ações Subsidiárias.

Palavra-chave: Cultura Militar. Região Nordeste do Brasil. Nacionalidade. Integridade Territorial. Caxias. Intervencionismo. Exército. Força Terrestre. Garantia da Lei e da Ordem. Ações Subsidiárias.

Abstract: This work presents the origins and characteristics of the military forces that integrate the region of northeastern Brazil from the 16th century to the present. It highlights the influences to which they were subjected to the military culture developed in the region, exposing the reflexes of Portuguese colonialism, the conquest of the territory, the struggles for its maintenance, highlighting the battles and the separatist insurrectionist movements that occurred there, which came to contribute to the formation of the national identity, to the maintenance of our territorial integrity and to the formation of our Army. It also emphasizes, the moments when the military culture interfered in national affairs, through its mystique, in critical occasions when the nation found itself involved in internal or external issues, which gave rise

1 Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em História Militar, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História Militar, sob orientação do Prof. Dr. Armando Alexandre dos Santos.

2 Acadêmico do Curso de Especialização em História Militar, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

to moments of interventionism, some with greater control of the central power and others with less, when the provinces or states had greater autonomy. It also presents the role played by Caxias in this context and the actions currently developed by the Army in the region, whether through the Land Force, in the Guarantee of Law and Order or the “helping hand”, these predominantly focused on Subsidiary Actions.

Keyword: Military Culture. Northeast Region of Brazil. Nationality. Territorial Integrity. Caxias. Interventionism. Army. Ground Force. Guarantee of Law and Order. Subsidiary Actions.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta as origens e características da cultura militar que se desenvolveu na região do Nordeste brasileiro desde a chegada dos portugueses, passando pelo período colonial, do reino unido, pela independência, pelo primeiro império, pelas regências, pelo segundo reinado, pela república, durante a Segunda Guerra Mundial, chegando-se as atividades desenvolvidas pelo Exército Brasileiro e a articulação da Força Terrestre na região nos dias atuais.

Tem como objetivo apresentar os reflexos das insurreições, das revoltas, das rebeliões e das batalhas ocorridas na região, que vieram a contribuir para formação da identidade nacional, para integridade territorial, para a formação do Exército Brasileiro e da Força Terrestre e também expor os momentos em que a cultura militar influenciou nos destinos da nação e participou, por intermédio da sua “mística”, dos assuntos políticos, econômicos e sociais do país.

A proposta de realização de um artigo científico de tão largo expecto, abrangendo questões sociais, militares, políticas, econômicas e culturais será um grande desafio. A sua complexidade, diversidade de fontes e de interpretações, irá nos levar a uma série de questionamentos, principalmente, se considerarmos o espaço temporal de mais de cinco séculos, o que nos leva a antever que o trabalho exigirá extraordinário poder de síntese e uma excepcional objetividade. Como ambientação, em Hayes (1991, p. 5) tem-se uma abordagem do que definiu como “O Enigma Brasileiro”:

O Enigma Brasileiro - Tradicionalmente se considera o Brasil como um desafio em particular por se constituir um complexo peculiar de características nacionais. O principal problema do Brasil, segundo brasileiros e estrangeiros, tem sido à busca de homogeneidade em um contexto fundamentalmente heterogêneo. Os principais fatores que contribuem para constituição deste enigma tem sido basicamente os geográficos e os culturais. A imensa base territorial brasileira compreende uma grande variedade de zonas topográficas e climáticas que geram acentuado espírito

regionalista. Os fatores étnicos são representados pelos contingentes indígenas, europeus e africanos que evidenciam a necessidade de uma miscigenação. Tradicionalmente, a orientação política que aplica métodos de acomodação e de improvisação para a solução dos problemas tem sido fundamental para manutenção da coesão política, cultural e social, no curso do processo de obtenção de síntese nacional. A identificação das convenientes estruturas sociais e políticas necessitava atingir esta síntese que configura o cerne do enigma brasileiro e é neste ponto que o fator militar assume uma especial importância. (HAYES,1991, p. 5).

Neste contexto de heterogeneidade, sob influências geográficas e culturais diversas, segue-se o desenvolvimento do artigo proposto, dividindo-se didaticamente pelos séculos, para fins de melhor compreensão.

2 DESENVOLVIMENTO

Segundo Hayes (1991, p. 11) “A tradição portuguesa em assuntos militares assume certa importância já que teve impacto significativo sobre a formação da tradição brasileira.”

Analisando-se a ocupação pelo lado militar português, Magalhães (1998, p. 105) afirma: “O problema militar que a Portugal se apresentava no Brasil tinha um duplo aspecto: de um lado, fazia-se preciso poder conquistar ou dominar os índios; de outro repelir os civilizados que tentassem se intrometer e se instalar nas terras ou apenas servirem-se dos índios [...]”

Estes aspectos fizeram parte da concepção inicial da formação da cultura militar na região do Nordeste brasileiro que tem início e começa a se moldar, dentro de extensa base territorial, caracterizada pela grande variedade topográfica e climática, como mostra a imagem, na sequência, em Mapa do século XVII.

Imagem 1 - Mapa Antigo do Brasil, 1640 - Autor: Hendrik Hondius.



Fonte: **Mapas Antigos do Brasil**. Disponível <https://achistori.co.blogspot.com/2016/09/mapas-antigos-do-brasil.html>

2.1 NO SÉCULO XVI

Ao constatar-se na segunda metade do século XVI que o sistema de capitânias hereditárias não atendia as necessidades de defesa da colônia, cria-se o Governo Geral para o Brasil na Bahia, em 1648, notadamente de características militares. Magalhães (1998, p. 114), descreve o período da seguinte forma: “[...] fase que começaram a se definir as peculiaridades próprias das instituições militares no Brasil, as quais sempre compreendidas em seu real valor por alguns homens atilados daqui eram constantemente desprezadas... pelos da Corte [...]”.

Nos primeiros séculos da nossa existência, portanto, prevaleceu na administração colonial o estamento militar português, com algumas influências ou adaptações da cultura local vigente. Como exemplo, cita-se o sistema tributário incidente sobre o colono português ser mais benévolo do que o dos residentes na metrópole, o que nos leva a constatar o intuito português de estimular a ocupação das novas terras e a sua defesa, por intermédio da desoneração de encargos. Para Hayes (1991, p. 14), “[...] Segundo Jeanne Berrance de Castro, ‘Durante os primeiros séculos, vê-se a adaptação da legislação administrativa portuguesa às diferentes condições da colônia, com predominância para as atividades militares’[...]”. Desta forma, os colonos portugueses aqui instalados, além das atribuições inerentes da exploração colonizadora, utilizando-se de armas, tinham o dever de contribuir, obrigatoriamente, na defesa das terras ocupadas, quando das invasões estrangeiras ou das incursões de nativos, no que viria a se chamar de “imposto de sangue”.

A cultura militar estabelecida na região do Nordeste brasileiro a partir do século XVI teve forte influência lusitana, sendo complementada e adaptada aos métodos e processos de combate dos povos indígenas, aborígenes que habitavam a região. Ao absorverem técnicas militares nativas, complementadas posteriormente pelos elementos negros, estas forças passaram a atuar na guarda e na ocupação do território, recém-descoberto, com modelos diferentes aos adotados, até então, pelos exércitos europeus da época.

2.2 NO SÉCULO XVII

No século XVII as forças militares estabelecidas na região do nordeste brasileiro eram bastante heterogêneas e de uma maneira geral ausentes de uniformização ou de padronização.

Segundo Magalhães (1991, p. 140), “não havia mecanismos para as forças militares, sendo o exército regular composto por nativos, principalmente índios”.

A presença da cultura militar holandesa na região, na primeira metade deste século, como a finalidade de exercer o controle do tráfego de minerais vindos do Rio da Prata e da cana-de-açúcar, produtos extremamente valorizados à época, veio a associar-se aos elementos culturais militares já existentes e aos introduzidos pelos colonizadores portugueses.

Na oportunidade, o exército regular da região do Nordeste brasileiro organizava-se segundo os padrões do exército espanhol, com terços compostos por regimentos de 2.500 homens. No entanto, as tropas ali dispostas, complementadas pelas milícias, ordenanças e terços auxiliares, careciam, desde a chegada do Governo Geral, de um sistema de defesa eficaz, o que veio a favorecer a investida dos batavos, no ano de 1630, em Pernambuco, dando origem a um período de vinte e quatro anos de dominação.

Em 1637, o Conde Maurício de Nassau - Siegen chega ao Recife na condição de Governador, Almirante-General das terras conquistadas, adotando medidas administrativas estruturadoras e militares de defesa, as quais extrapolavam a pura exploração da região como colônia conquistada. No entanto, o povo da região do Nordeste brasileiro, apesar da organização e do desenvolvimento proposto pelos invasores, particularmente, na área urbana, cultural e de defesa, viu-se forçado a pegar em armas para defender a sua terra, caracterizando-se o início de um sentimento nativista que viria ser o embrião da nacionalidade brasileira e da Força Terrestre.

Neste contexto, a Insurreição Pernambucana, iniciada em maio de 1645, apresenta-se como responsável pela introdução do elemento negro na cultura militar nacional, quando liderados por Henrique Dias, juntam-se aos brancos e índios, passando a integrar as forças militares regionais nos chamados “Corpos de Henriques”, que duraram até a Independência do Brasil.

As Batalhas dos Guararapes, ocorridas, em abril de 1648 e fevereiro de 1649, deram início ao fim da ocupação holandesa na região do Nordeste brasileiro.

Na luta da reconquista, que reuniu comandantes europeus, combatentes luso-brasileiros, negros e indígenas, utilizou-se de um sistema inovador, que ficou conhecido na história como "Guerra Brasília", onde a surpresa das emboscadas e o conhecimento do terreno, se tornariam as principais armas que viabilizariam a vitória das forças nativistas, reduzindo-se assim as discrepâncias, numérica e bélica, entre as forças oponentes.

Apesar das implicações de ordem comerciais, políticas e do próprio interesse português na manutenção da aliança, ou trégua, com os holandeses, os plantadores de cana-de-açúcar da região do Nordeste brasileiro, fugindo da ruína de suas lavouras, resolveram pegar em armas e expulsar os invasores, mesmo sem o auxílio inicial dos portugueses.

Constata-se, portanto, nesta Insurreição o início de um vínculo entre os vários elementos étnicos formadores da nação brasileira, que viriam a moldar os alicerces da cultura militar e a sua contribuição para formação da identidade nacional. Hayes (1991, p. 22), descreve o período citando as implicações apontadas por José Honório Rodrigues:

José Honório Rodrigues vê implicações sociais no fato, quando declara que ‘o auxílio que Pernambuco e o Nordeste receberam de todo Brasil revela os primeiros desdobramentos de um espírito de unidade nacional, o começo de um vínculo entre os vários elementos étnicos’. O fato de que esta etapa ocorreu em um contexto essencialmente militar levanta a questão da possível importância que passa ter na formação da mística na organização militar. (HAYES, 1991, p. 22).

Em síntese, nos dois primeiros séculos da nossa história, as forças terrestres lutaram na região do Nordeste brasileiro pela conquista e manutenção dos objetivos de integridade e integração, num contexto predominantemente lusitano, porém fundamental para formação da nacionalidade brasileira.

2.3 NO SÉCULO XVIII

No Século XVIII, a descoberta do ouro nas Minas Gerais favoreceu ao declínio da decadente lavoura canavieira na região do Nordeste do Brasil. No aspecto militar, em todas as demais regiões, excetuando-se a Região Sul, as ordenanças foram substituídas pelas milícias, tornando-se esta força militar a mais importante do Brasil. Cabe destacar, ainda, como consequência deste período, a repulsão dos colonos brasileiros contra o exército regular que se agravava levando-os a “fugir para o sertão para não ser soldado”. A atração pelos garimpos “esvaziou os acampamentos militares com as deserções” gerando o ódio espontâneo e generalizado contra o serviço militar.

Neste contexto, buscando centralização política e coesão, a Coroa aproxima-se das elites fundiárias com o intuito de conciliar seus interesses:

A política da Coroa continuava sua linha tradicional de coesão sem consenso em relação ao controle de centralização versus a continuação da aceitação do domínio da elite fundiária, em nível local ou regional. Permaneceu, entretanto, o objetivo básico de centralizar o poder. A política militar também atravessou períodos de reforma seguidos de relaxamento e de degeneração organizacional. Como o fenômeno do nativismo evoluiu para o nacionalismo, a questão da orientação das forças terrestres bra-

sileiras se tornou cada vez mais importante, ofuscando por fim a questão do profissionalismo. (HAYES, 1991, p. 20-21).

Segundo Hayes (1991, p. 24), com estas transformações as milícias passavam a ter novas atribuições: “Sob o enfoque real, a milícia tinha de ser a principal força no policiamento da área das minas, por várias razões, mas principalmente para evitar o contrabando”.

Desta forma, a Coroa buscava atingir um objetivo ainda não atingido, com relação ao exército regular, que era o de entrosamento da elite brasileira com a força militar permanente e que lhe fosse leal. Esta situação viria a se agravar com a transferência de unidades do exército regular português para o Brasil, com a finalidade de reforçar o controle sobre a colônia.

Neste período, as milícias e as ordenanças, de caráter nativista, foram as principais forças que se estabeleceram na região e tinham um caráter de natureza privada, sendo a ordem pública restrita a alguns grupos da elite local. Magalhães (1998, p. 239) descreve o período da seguinte forma: “[...] não havia no tempo colonial uma força armada, constituindo um conjunto harmônico, homogêneo, tal qual compreendemos deveria existir hoje”. Havia forças locais de diversos tipos, cujas funções envolviam em certas localidades muito de policial, fato que se vai prolongar... até a Independência. [...]

Conclui-se, portanto, que o controle exercido sobre as forças militares nativas no Brasil foi uma característica marcante da política real durante o século XVIII, tendo no final deste, os colonos se tornado mais sensíveis aos indícios de exploração por parte da Coroa, dando origem a manifestações, dentro da estrutura militar, que viriam a ameaçar a integridade nacional.

Neste ambiente, apresentam-se as Conjurações Mineira e Baiana, esta última descoberta na Província da Bahia, em 1795, de caráter liberal, composta de conspiradores militares e civis, sendo repelidas com bastante violência. Ambas objetivavam uma república independente, a fim de extinguir a exploração sistemática da metrópole.

2.4 NO SÉCULO XIX

No século XIX destacam-se as transformações ocorridas por ocasião da vinda da Família Real ao Brasil, relatadas por Hayes (1991, p. 31), “[...] D. João chegou ao Brasil encontrou um ‘processo de completa desintegração política, administrativa e militar’... ‘as forças de primeira linha eram mal pagas, indisciplinadas, não tinham instrução nem comando, estavam desnacionalizadas’ [...]”.

Diante desta constatação, passou a cortejar as elites fundiárias e urbanas, acenando-lhes com privilégios para o preenchimento de vagas nas milícias e ordenanças. Na Bahia, por exemplo, os coronéis da milícia passaram a ser os proprietários de engenhos de açúcar. D. João recomendou, ainda, uma “ação educadora” no serviço militar, com o intuito de aumentar os índices de alistamento.

A criação da Real Academia Militar, em 1810, foi a mais importante iniciativa no que consiste à formação do exército regular, ao se levar em consideração que “o valor de exército é medido pelo valor dos seus oficiais”.

A despeito das políticas avançadas de D. João (as reformas militares, a elevação do Brasil a *status* de reino, liberação do comércio etc.), o descontentamento continuava existindo entre os nativos e era particularmente intenso no contexto militar. A Revolta pernambucana de 1817 comprova este fato. Segundo um comentarista desse período, ‘os militares portugueses são os que mais justificam e estimulam o rancor nativista (sic). Grosseiros, orgulhosos, arrogantes, eles nomeiam rancor e ódio por toda a parte.’ (HAYES, 1991, p. 32).

Cabe destacar neste período as diferenças de tratamento dispensadas aos militares do Exército Português e aos nativos do exército regular, particularmente as relativas aos vencimentos e promoções. Há de se registrar, também, o papel desempenhado pela maçonaria, dentro da sua estrutura hierarquizada, com a adesão considerável de militares maçons nesta revolta.

Assim, a Revolução pernambucana de 1817 foi gerada pela crise econômica regional, decorrente do declínio da agricultura canavieira nordestina, pelo absolutismo monárquico desenvolvido por Dom João e pelas influências das sociedades maçônicas, impregnadas dos ideais iluministas, reflexo da Revolução Francesa.

Segundo Hayes (1991, p. 33), “[...] Os militares brasileiros envolveram-se na rebelião de 1817 na qual ‘os homens do povo se tornaram soldados e protetores do soldado porque eles também eram brasileiros’[...]”.

Após a Revolta republicana de 1817, os militares brasileiros envolvidos na rebelião, assim como todos os demais do exército regular, passaram a ser considerados pelos portugueses conspiradores em potencial e para tanto, como precaução, diminuíram-se as possibilidades de ascensão hierárquica para a classe.

Mesmo sendo discriminadas, no final do século XVIII e no início do Século de XIX, o papel desempenhado pelas forças terrestres brasileiras na região do Nordeste brasileiro, nos movimentos de pré independência, propiciaram o revigoração de certas tradições culturais

castrenses, particularmente às ligadas ao sentimento nativista, que viriam a se transformar, mais tarde, em sentimento nacional.

Ainda em 1821 as Cortes portuguesas haviam iniciado um processo de elaboração de leis que tinha por objetivo conter os movimentos nativistas dentro das instituições militares brasileiras, o que viria a se concretizar, como o decreto que subordinava os governos provinciais diretamente a Lisboa e não mais ao governo do Rio de Janeiro. Os exércitos português e brasileiro foram unificados, passando a se constituírem em uma única organização.

Em 1822, após a proclamação da Independência, seguiram-se revoltas nas províncias da Região Nordeste que se posicionaram contra a emancipação. Na oportunidade, forças militares nativas, leais ao Império, mobilizaram-se contra as forças portuguesas e os revoltosos leais à Coroa. Destaca-se, nesta ocasião, o “batismo de fogo” do futuro Duque de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva que, como tenente das tropas do Batalhão do Imperador, combateu contra os portugueses na Bahia.

Em oito de novembro de 1822, na histórica Batalha de Pirajá, na Bahia, ocorreu à expulsão definitiva das tropas portuguesas aquarteladas em Salvador. No Piauí, na Batalha do Jenipapo, em 1823, cerca de 400 brasileiros tombaram em um conflito que durara cinco horas, efetivando-se em definitivo a nossa Independência.

Os soldados da independência [...] foram os grandes construtores da unidade nacional e da integridade territorial. Milhares de indivíduos anônimos, eles constituíram uma força social. Isto ninguém pode negar, nem desconhecer suas consequências [...] Foi uma obra política e militar. Um exército improvisado fez muito mais do que era lícito esperar dele. (RODRIGUES, 1975, p. 91).

No decorrer do Primeiro Reinado apresenta-se, em 1824, o episódio da Confederação do Equador, na província de Pernambuco, mais uma revolta separatista republicana, duramente reprimida por D. Pedro I.

Na Regência, eclodem as revoltas da Sabinada (1837/38) na Bahia e a dos Balaios (1838/41), no Maranhão, esta última, com a participação do Tenente-Coronel Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, centralizando o comando político como Presidente da Província e o militar, como Comandante das Armas, nas ações de pacificação, o que foi decisivo para conter a revolta.

Neste período da história do Brasil, após o afastamento de D. Pedro I, o país esteve na iminência de se dividir em unidades regionais, quando as oligarquias tiveram oportunidade de expor as suas preferências pelo federalismo e por certa autonomia administrativa das suas províncias, afastando-se do centralismo, característico do Imperador.

Em 1831, durante o período Regencial foi criada a Guarda Nacional o que revela uma tendência da elite política do país à tradição de nação armada. Segundo Hayes (1991, p. 53) a Guarda Nacional foi criada com o seguinte fim:

[...] a Guarda foi criada ao mesmo tempo para se contrapor ao exército regular e para dar um novo segmento à tradição da nação armada [...] [...] Fernando Uricoechea associa esta destinação à debilidade do exército profissional ‘que não era capaz, em face de redução de seus efetivos, de ter uma ação de presença no enorme território da jovem nação.’ O problema que se apresentava era a dúvida clássica – não se sabia se a sociedade civil estava sendo militarizada ou se a organização militar estava sendo apaisanada’ [...]. (HAYES, 1991, p. 53).

Hayes (1991, p. 55) cita José Honório Rodrigues analisando a situação da seguinte forma: “[...] ‘A indisciplina estava tão generalizada e as conspirações eram tão frequentes que foi necessário dissolver o Exército, reduzindo a efetivos meramente simbólicos, e criar a Guarda Nacional, adestrada e comandada pelo Major Luís Alves de Lima e Silva [...].’”.

Assim, cabe destaca-se que o papel desempenhado por Caxias neste período foi de fundamental importância para manutenção da integridade territorial do Brasil e contribuiu para disciplinar o exército regular.

Após conter as revoltas regenciais e a última das agitações políticas pós-independência, a Revolução Praieira (1848/50), de caráter liberal e federalista, ocorrida na província de Pernambuco, as forças militares leais ao Império deparam-se com a Guerra do Paraguai, iniciada em novembro de 1864, com a invasão das províncias do Mato Grosso, do Rio Grande do Sul e do território Argentina, por forças militares daquele país vizinho.

O Marechal Luís Alves de Lima e Silva que já havia combatido na guerra da Independência da Bahia, contra os revoltosos no Maranhão (1838/41), nas Revoltas liberais de São Paulo e Minas (1842) e na Revolução Farroupilha (1835/45), já sexagenário, é chamado para comandar as tropas da Tríplice Aliança contra Lopez naquele conflito.

Conclui-se portanto que, no período regencial, Caxias desempenhou um papel importante quando realizou ações de pacificação em diversas províncias, contribuindo assim, decisivamente, para a consolidação da integridade territorial e do Império do Brasil.

No Segundo Reinado, as ações de Caxias no Paraguai, particularmente nas batalhas da chamada “Dezembrada”, viriam a credenciá-lo, no século seguinte, ao título de “Patrono do Exército Brasileiro”.

Infere-se, ainda, que a Guerra do Paraguai atingiu diretamente o poder do Estado, envolvendo os mais diversos segmentos da sociedade. Como o efetivo militar do Exército e a Guarda Nacional eram pequenos, o Imperador Pedro II, para defender o território nacional,

criou os Corpos de Voluntários da Pátria, por intermédio do Decreto Imperial 3.371, de 7 de janeiro de 1865.

Neste contexto, forças consideráveis de nordestinos, organizados em batalhões, foram convocadas para participarem deste conflito, que, comandado na fase final pelo Conde D’Eu, se estenderia até o ano de 1870. Cita-se como exemplo, o fato de quatrocentos e oito sertanejos da cidade de Ouricuri/PE deixarem seus lares e empregos para compor o 7º Batalhão de Voluntários da Pátria, dos quais, pouco mais de quarenta destes bravos combatentes, a maioria pernambucanos e piauienses, retornaram do conflito com vida.

Constata-se, ainda, que durante a Campanha do Paraguai, o Exército adotou diversas formas de emprego, buscando adaptá-las aos valores dos seus chefes, conforme as missões que lhes eram atribuídas. No aspecto ligado ao recrutamento, segundo (Magalhães, 1998 p. 294) destaca-se “[...] o caráter particular que tomou a constituição das forças empregadas na campanha, com a presença de sessenta corpos de voluntários, de corpos provisórios e de numerosa guarda nacional [...]”.

No aspecto econômico, há de se destacar no Segundo Reinado (1840-1889) a ascensão da classe dos produtores de café na região Centro Sul em contraposição a dos produtores de açúcar na Região Nordeste, que viriam a se constituir no principal sustentáculo da Monarquia.

Após a década de 1870, novas propostas somam-se a esta questão, como a separação da Igreja do Estado, a libertação dos escravos e a Proclamação da República.

Pode-se concluir que no momento em que a Monarquia se afastou dos seguimentos que lhes davam sustentação, os produtores de açúcar, a igreja e os militares, entra em declínio.

Gilberto Freyre cita Joaquim Nabuco, estadista brasileiro que atuou no Império e na República, quando descreve a forma do início da república, segundo Hayes (1991, p. 79):

No dia em que se proclamou a república, podia-se perceber que a nação queria um governo militar, para manter a unidade porque o espírito militar prevalecia de um canto a outro do país, vale dizer, tinha amplitude nacional, e porque era preciso manter a tolerância, já que o Exército está acima das ambições pessoais que se expressão nas lutas partidárias e que, sem a monarquia, iria conduzir o país ao barbarismo. (HAYES, 1991, p. 79).

Do comentário acima, conclui-se que, no início da República, o Exército tornou-se “o repositório da tradição centralista no Brasil”, exercida anteriormente pela Monarquia.

No artigo 14 da constituição de 1891 tem-se a seguinte destinação para as forças de terra e mar:

As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes destinadas à defesa externa do país e à manutenção interna das leis. As forças armadas, dentro dos limi-

tes da lei, devem estrita obediência a seus superiores e são obrigadas a dar apoio às instituições constitucionais. (CONSTITUIÇÃO, 1891, art. 14).

O período que transcorreu do término da Guerra da Tríplice Aliança (1870) até a Proclamação da República (1889) foi marcado por transformações e conflitos de toda ordem. O fim da escravidão veio a acelerar o processo de decadência da economia, focada até então na monocultura, o que contribuiu para queda do já debilitado Império Brasileiro. Fatores como, o declínio da economia rural, o desprestígio das forças militares terrestres e navais, somados a um descontentamento geral da população, ávida por mudanças, aceleraram o processo, ocasionando a mudança do regime monárquico para o regime republicano.

O governo de Prudente de Moraes consolida a república, ficando para trás as intervenções a que os Marechais Deodoro e Floriano foram obrigados a fazer, no entanto, a situação do Exército não era das melhores, particularmente nos aspectos de organizacionais, de disciplina, de adestramento e de equipamentos.

Segundo MaCann (2009, p.101), o desenrolar de aparente calma durante a Proclamação da República iria se contrastar com a violência das revoltas que se seguiram:

O Império foi derrubado por um golpe sem derramamento de sangue, no entanto, a carnificina que se promoveu na década seguinte em Canudos mais do que compensou isso. Se alguns pensavam que Canudos ensejasse uma República dominada por militares, o resultado foi o oposto. “O desastre reforçou o controle dos oficiais que almejavam reformar e profissionalizar o corpo de oficiais e dos políticos civis que desejavam reduzir a influência militar sobre o governo”. O Exército encerrou a década quase em colapso. (McCANN, 2009, p. 101).

2.5 NO SÉCULO XX

Neste Século, destaca-se o papel do Movimento Salvacionista³, iniciado em 1910, o qual McCann descreve da seguinte forma: “deve ser visto contra o pano de fundo de ambição política, indisciplina e expansão da definição da profissão militar.”.

No Ceará, o Movimento colocou as forças oligárquicas locais em conflito, dividindo-as, onde o Coronel Setembrino de Carvalho teve participação decisiva como pacificador, o que o projetou nacionalmente. Segundo (McCann, 2009) “O caso foi importante também para história do Exército, pois deu destaque ao Coronel Fernando Setembrino de Carvalho, que seria um dos altos oficiais do Exército na década seguinte.” Segundo Hayres (1991, p. 108), o momento foi descrito por Setembrino da seguinte forma:

[...] era aceitável que os militares se ocupassem de política, coadjuvando a atividade civil na busca de seus objetivos, mas não tentando moldar o destino do país por con-

3 Participação de militares nas intervenções federais nos estados, entre 1911 e 1912, com o objetivo de renovar a política brasileira, dominada pelos setores oligárquicos.

ta própria. A verdade é que as salvações militares se harmonizam perfeitamente com a mística militar. Segundo Gilberto Freyre, muitos civis tinham criado em torno dos *salvadores militares* uma *aura messiânica* e tinham ajudado a colocá-los em ‘posições governamentais normalmente ocupadas por civis’, seguindo a tradição de Caxias, como medida corretiva para compensar a falta de dedicação cívica por parte dos políticos civis. Esta mesma preocupação cívica iria ter continuidade e encontrar expressão no movimento dos Tenentes na década de 1920 [...]. (HAYES, 1991, p. 108).

Em 1919, a contratação da Missão Militar Francesa de cooperação de instrução, principalmente a partir das Escolas de Aperfeiçoamento e de Estado-Maior, viria a moldar os fundamentos da formação dos militares brasileiros que duraria até a Segunda Guerra Mundial.

Nas rebeliões ocorridas entre 1922 a 1925, conhecidas como “movimento tenentista”, a participação revolucionária do Exército deu-se de forma fragmentada, chegando-se até a intervenção decisiva realizada na Revolução de 1930, com a derrubada da Velha República⁴, o que veio a atender os anseios da nação, ávida pela regeneração das instituições republicanas.

No período que se segue de 1930 a 1945, constata-se a preocupação do Exército com a manutenção da unidade federativa, com a ordem interna e com a neutralidade diante de extremismos políticos, como ocorrera na Insurreição de 1935⁵, nas cidades de Recife, de Natal e do Rio de Janeiro.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a região assumiu especial importância, particularmente o seu “saliente”, por projetar-se sobre o Oceano Atlântico, estreitando-o e aproximando-o da África. Este continente, desde o início do conflito, foi considerado de especial importância para condução das operações, por se constituir na porta de entrada para as Américas e, por conseguinte, tornar-se alvo prioritário para as Forças do Eixo. Assim, a defesa da região do nordeste brasileiro tornou-se estratégica e ensejou a criação do Teatro de Operações (TO) Norte-Nordeste em meados de 1941, abrangendo os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o Território de Fernando de Noronha.

A defesa da região do Nordeste brasileiro, durante a Segunda Guerra Mundial, foi realizada por forças nacionais que guarneceram o nosso litoral, apoiadas pelos aliados norte-americanos, as quais se mostraram alinhadas com os nossos antepassados e com as aspirações democráticas nacionais do nosso povo.

4 Denominação do período republicano de 1989 até 1930.

5 Intentona Comunista de 1935: revolta iniciada no Nordeste brasileiro, desencadeada também no Rio de Janeiro, ocasionando a morte de numerosos militares e civis.

Ao término do conflito, com a vitória da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e dos aliados no TO europeu, o Comandante da FEB, Marechal Mascarenhas de Moraes, depositou os louros da conquista nos históricos Montes Guararapes, conforme descreve Moreira (1976, p. -) em Coletânea de Textos:

[...] Nenhum lugar mais brasileiro, nem outro recanto em que o espírito militar se vincule mais a tradição da nacionalidade do que Guararapes, para a FEB apresentar, no regresso à Pátria, a sua saudação ao glorioso Exército a que tem a honra de pertencer, aos camaradas da Marinha e da Aeronáutica, a sua reverência ao Brasil. Nesta Colina Sagrada, na batalha vitoriosa contra o invasor, a Força Armada do Brasil se forjou e alicerçou para sempre à base da Nação Brasileira [...]. (MOREIRA, 1976, p. -).

Atualmente, sob um enfoque geoestratégico, o Exército Brasileiro está articulado na região do Nordeste brasileiro por intermédio do Comando Militar do Nordeste (CMNE), em uma base física composta pelos estados do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe e da Bahia, com um efetivo de aproximadamente 25.000 militares e civis.

Com a "Mão Amiga", emprego do Exército em ações subsidiárias, o CMNE tem apoiado as campanhas de saúde e de atendimento às vítimas de calamidades públicas, além de contribuir para minorar as dificuldades da falta de água vivenciada pelas comunidades carentes do semiárido nordestino, por intermédio da Operação Carro-pipa. Programa que desenvolve, desde maio de 1998, inicialmente, com o Ministério da Integração Nacional e atualmente com o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Ao longo de vários anos a Força Terrestre vem, na região nordeste brasileiro, sendo empregada em diversas Operações de Manutenção da Paz, em vários países, integrando contingentes sob a égide das Nações Unidas (ONU), a exemplo de Angola, Timor leste e recentemente no Haiti.

Os últimos militares brasileiros que participaram da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) retornaram ao Brasil no início de outubro de 2017. Foi a maior participação externa do Brasil, desde a 2ª Guerra Mundial. Ao longo de 13 anos, 36.950 mil integrantes das Forças Armadas participaram da missão. O CMNE esteve presente no Haiti em seis contingentes, de um total de vinte e seis, integrando aquela Força de Paz com cerca de 2.929 militares.

Nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) o CMNE atua dentro dos limites legais em diversas oportunidades, destacando-se nas Operações Bahia, Ceará, Potiguar

I, II e III, Leão do Norte, em Pernambuco, estas em decorrência de greves nas Polícias Militares.

Atuou, ainda, na pacificação da Comunidade da Maré no Estado do Rio de Janeiro-RJ, nas Operações São Cristóvão, de greve dos caminhoneiros, Acolhida no Estado de Roraima-RR, de recebimento dos refugiados venezuelanos, na Amazônia Azul, de recolhimento de óleo nas praias do nordeste brasileiro, e recentemente na Operação Mandacaru, de GLO, no Ceará, em decorrência da greve dos policiais militares do estado.

Cabe destacar também a participação do CMNE na Copa das Confederações da FIFA em 2012; na visita do Papa Francisco ao Brasil; durante a Jornada Mundial da Juventude em 2013; na Copa do Mundo em 2014; e nos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Na região do Nordeste brasileiro utiliza-se, com bastante frequência, contingentes militares em operações de Garantia da Votação e Apuração (GVA), com o objetivo de assegurar a lisura dos pleitos eleitorais e a sua execução com tranquilidade, evitando-se o risco de perturbação da ordem pública nestas ocasiões.

Na sequência, como ilustração, fotografia do autor que reproduz óleo sobre tela, de autoria do Coronel R/1 Estigarríbia a qual retrata, de maneira singular, uma síntese da evolução histórica das forças militares terrestres que se instalaram na Região Nordeste do Brasil, do século XVI até os dias atuais.

Imagem 2 – Antes de Tudo Um Forte



Fotografia de óleo sobre tela de ESTIGARRÍBIA, Pedro Paulo – CMNE. Do autor

3 CONCLUSÃO

As forças terrestres que durante séculos se desdobraram na Região Nordeste do Brasil, a exemplo dos povos que se estabeleceram no local durante o período colonial, foram constituídas de maneira heterogênea. Observa-se em sua essência uma forte influência lusitana, que foi se modificando e se moldando de acordo com as circunstâncias regionais, de ordem política, militar e socioeconômica, incorporando-se elementos e costumes de outras etnias, particularmente de outros povos europeus, dos indígenas e dos negros.

Os acontecimentos e fatos históricos que ocorreram por aqui, a partir do século XVI, possibilitaram aos colonos superar o sentimento de inferioridade em relação à metrópole, evoluindo-se de um sentimento nativista para um de caráter nacional, bastante caracterizado por ocasião da Insurreição Pernambucana, nos episódios das Batalhas dos Guararapes e nas Revoluções de 1817 e 1824.

MacCann (2009, p.524) aduz que o papel desempenhado por Caxias e pela Monarquia na região, assim como no restante do Brasil, é merecendo de destaque, particularmente, na manutenção da integridade territorial:

Caxias era o símbolo da unidade brasileira, da dedicação militar e de respeito internacional. No número especial de agosto de 1935 da *Revista Militar Brasileira* em honra à memória do duque, o ministro da Guerra, general João Gomes, sugerira aos soldados que quando começassem a duvidar do futuro da pátria, deveria lembrar-se de Caxias, “sempre cheio de fé e amor pátrio [...] [e] a mais vívida esperança nos destinos do Brasil.”(McCANN, 2009, p. 524).

A cultura militar na região desenvolveu-se atrelada ao processo de ocupação, inicialmente exploratório, seguindo-se de outros métodos ligados à monocultura da cana-de-açúcar, que envolveram também, a defesa das localidades a partir dos arraiais, dos fortins e das fortalezas, partindo-se sempre do modelo de defesa militar português, com algumas adaptações e ajustes à realidade local.

Essa cultura ancora-se nas ações voltadas, prioritariamente, para a manutenção e a integração do território, tendo sido a participação dos militares na vida administrativa e política do país constante e crescente, alternando-se momentos de maior centralização do poder, com outros de maior autonomia das províncias ou dos estados.

A atuação das instituições militares na vida nacional, por intermédio da sua cultura, ou mística, na forma de lutas internas, de intervenções, de revoltas, de revoluções ou mesmo de

tomada do poder, com emprego de armas, faz-se notar ao longo de séculos de maneira marcante.

Em conferência proferida na Escola de Estado-Maior do Exército, em 1948, o sociólogo Gilberto Freyre deixava para reflexão a citação que se segue:

A verdade, porém, é que o país onde o Exército seja a única, ou quase a única, força organizada necessita de urgente organização ou reorganização do conjunto de suas atividades sociais e de cultura para ser verdadeiramente nação. Nação desorganizada não é nação: é apenas paisagem. Paisagem ou cenário de Nação. E mesmo que o exército seja moral e tecnicamente primoroso, se é a única força organizada da nação, esta nação corre o perigo de transformar-se em simples cenário de paradas ou simples campos de manobras. É uma nação socialmente doente, por mais atlética que pareça. (FREYRE, 2019, p. 28).

Finalizando este artigo, que tratou da cultura militar na região do Nordeste brasileiro e da sua contribuição, por intermédio da participação do Exército Brasileiro e da sua Força Terrestre, para manutenção da integridade territorial, para desenvolvimento do sentimento nacional e para a vida nacional, constata-se que a cultura militar nascida na região, inicialmente voltada para defesa, expande-se para todo território nacional, influenciando os mais diversos segmentos da sociedade, particularmente, quando das lutas e intervenções ocorridas, nas diversas ocasiões, em maior ou menor escala, dos militares nas questões de ordem política, econômica e social da nação, todas buscando-se o desenvolvimento do país e de uma consciência de unidade, administrando-se a sua heterogeneidade, multiplicidade e complexidade, contribuindo-se assim para evoluirmos, socialmente, culturalmente e economicamente.

REFERÊNCIAS

BUENO, Eduardo – **Brasil: uma história:** cinco séculos de um país em construção. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

FREYRE, Gilberto de Mello – **Nação e Exército.** 2. ed. Rio de Janeiro; Biblioteca do Exército, 2019.

HAYES, Robert Ames – **Nação armada:** a mística militar brasileira; tradução de Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

MAGALHÃES, João Batista - **A evolução militar do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro; Biblioteca do Exército, 1998.

MCCANN Frank D. – **Soldados da Pátria**: história do Exército Brasileiro, 1889-1937; tradução de Laura Teixeira Motta. – São Paulo; Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

RODRIGUES, José Honório – **Independência**: Revolução e Contrarrevolução. 5 vols. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO. **Sinopse Histórica do Exército Brasileiro**. Brasília, [198-];

PEDROSA, José Fernando Maya - O Exército e a sociedade brasileira - Artigo publicado na **Revista Defesa Nacional** Nr 714, Jul. / Ago. 84, p. 138 - 151;

MOREIRA, Marcelo Walter – **Marechal Mascarenhas de Moraes, O Chefe** – Coletânea de Textos – Escola de Artes Gráficas Montese, Recife, Jun.1976;

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ.

SILVA, Luiz Carlos da - **Mapas Antigos do Brasil** - Coleção Digital de 32 mapas do Século XVI ao XIX, disponível em <https://achistorico.blogspot.com/2016/09/mapas-antigos-do-brasil.html>, acesso em 31 de março 2020, às 15:49:00 h; e

ESTIGARRÍBIA, Pedro Paulo – **Óleo sobre tela: Antes de Tudo um Forte** – Acervo do Comando Militar do Nordeste.